

AGRIPINA MENOR EM SUETÔNIO: O OLHAR MASCULINO SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO

AGRIPPINA THE YOUNGER IN SUETONIUS: THE MALE GAZE ON FEMALE PROTAGONISM

Isabela Pissinatti*

Resumo: No campo da historiografia quando possuímos representações sobre as mulheres, essas são criadas, na maioria das vezes, pelo gênero oposto, o masculino. Suetônio - em sua obra “A Vida dos Doze Césares”, composta no ano 121 d.C., durante o governo do imperador Adriano - ao descrever Agripina Menor, deixa claro o peso do aspecto simbólico que a dominação masculina carrega ao questionar a moral de uma mulher que exerceu papéis considerados masculinos dentro da política. Para compreender essa relação de dominação masculina sobre o feminino - construída histórica, cultural e linguisticamente - é preciso definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica. O presente artigo busca compreender a atuação feminina na política no período da dinastia Júlio-Claudiana, a partir da problematização da relação entre o feminino e o masculino. Mais especificamente, é através da análise de episódios da obra de Suetônio e outros autores antigos - como a escolha de Agripina como esposa do imperador Cláudio, a morte deste, sua sucessão e a morte de Agripina Menor - que podemos trazer à tona a forma como o olhar masculino, muitas vezes, desumaniza, desconsidera e deslegitima o papel da mulher na História. **Palavra-chave:** Agripina Menor. Suetônio. Gênero. Império Romano.

Abstract: In the field of historiography, when we have representations about women, they are created, most of the time, by the opposite gender, the male. Suetonius - in his work "Lives of the Caesars", composed in the year 121 AD, during the rule of Emperor Hadrian - when describing Agrippina the Younger, makes clear the weight of the symbolic aspect that male domination carries when questioning a woman's morals who played roles considered masculine within politics. To understand this relationship of male domination over the female - constructed historically, culturally and linguistically - it is necessary to define the submission imposed on women as symbolic violence. This article aims to understand the role of women in politics in the period of the Julio-Claudian dynasty, based on the problematization of the relationship between the female and the male. More specifically, it is through the analysis of episodes in the work of Suetonius and other ancient authors - such as the choice of Agrippina as the wife of Emperor Claudius, his death, his succession and the death of Agrippina Minor - that we can bring to light the way in which the male gaze often dehumanizes, disregards and delegitimizes the role of women in history.

Keyword: Agrippina the Younger. Suetonius. Gender. Roman Empire.

Introdução

Os questionamentos trazidos pelos estudos sobre gênero resultam em análises históricas que se preocupam em apreender como as distinções sociais baseadas sobre o sexo são perpassadas através das relações de poder, oriundas não de um consenso social,

* É mestra em História Antiga pela Universidade Estadual Paulista, sob orientação da professora Dra. Natália Frazão José. E-mail para contato: isa.pissinatti@hotmail.com. ORCID 0000-0003-1020-8473.

mas, de acordo com Joan Scott (1995, p. 86) “das disputas, dos conflitos e das repressões”. No entanto, a noção generalizante de imposição do masculino sobre o feminino não pode explicar a diversidade de comportamentos, dificultando, ainda, a percepção de diferentes poderes que podem aparecer representados pelo feminino, e não pelo masculino. Dessa forma, Cándida Martínez López (1994) destaca a necessidade de estudos focados nas variações das relações entre os indivíduos.

Segundo Lia Zanotta Machado (1992) e José Mattoso (1988), podemos considerar que as relações de gênero são vínculos de poder e podem ser complementares, de reciprocidade ou prestígio. Isso quer dizer, de acordo com Maria Izilda Santos de Matos (2009, p. 283), que devemos repensar a experiência coletiva estruturada entre o feminino e o masculino dentro de toda a sua complexidade e as atribuições de cada um deles no processo do fazer histórico.

O desafio é ir além de apenas descrever as contribuições femininas e masculinas. É buscar construir uma História que seja analítica e relacional, que compreenda os gêneros com relação às suas próprias articulações, bem como com a sociedade da qual fazem parte. Segundo Mattoso,

[...] a História não se compreende apenas pelo papel que nela exercem os indivíduos, nem só pelas estruturas e distribuições dos homens em classes sociais, nem só pelo funcionamento da economia e da produção, nem só pelos movimentos demográficos, mas também pela dialética feminino-masculino (1988, p. 182-183).

Dessa maneira, de acordo com Scott (1995), é preciso reescrever a História para que possamos vislumbrar outras compreensões da complexidade da construção histórica e de suas relações sociais. Para isso, segundo Lourdes Conde Feitosa (2012), a ideia é superar uma visão apresentada apenas pelos grupos privilegiados e masculinos e alcançar outros caminhos através das sensibilidades, articulações e conflitos vivenciados entre os diversos femininos e masculinos. Assim, a questão de gênero, mesmo sendo repleta de incertezas e dificuldades, se mostra como um campo valioso para nos fazer repensar as experiências humanas através da constatação da existência da pluralidade de agentes, visões, valores, espaços sociais e conceitos.

O papel feminino na História passou a ser discutido visando compreender como surgiram as diferenças e as relações de poder instituídas entre os sexos. De acordo com Feitosa (2012), ele passou a ser analisado em diferentes tempos e espaços históricos, acompanhado de uma nova percepção do que seria o documento histórico. Assim, a iconografia, as estátuas, as inscrições, as moedas, as tumbas e outros vestígios

arqueológicos passaram a ter valor documental, e trouxeram a visão e as experiências femininas para a História. Tais evidências demonstram que as mulheres não ficavam à mercê da ação masculina e agiam para saciar suas ambições. Pedro Paulo A. Funari e Renata Senna Garraffoni (2019) relatam que elas também provaram que a escrita não era uma habilidade exclusiva dos homens e deixaram seu legado através de seus relatos. Mesmo que sejam poucos os registros que chegaram até nós de textos redigidos por mulheres, uma aproximação da cultura material, através de uma perspectiva feminista crítica, possibilita a revelação de elementos que desafiam essas posições e que dão espaço para novas abordagens. “A negação da possibilidade de as mulheres articularem seus registros e memórias estaria, portanto, no olhar dos estudiosos e não só na dificuldade de se encontrar documentos” (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 288).

Além disso, as evidências materiais possibilitam novos desafios e abordagens sobre a vida e o cotidiano das mulheres. Entre 1960 e 1980, surgem estudos preocupados em trazer à tona as identidades, atividades e papéis sociais exercidos por essas mulheres. Isso resultou em discussões mais específicas com relação à influência e a participação feminina nas esferas pública e de poder.

As novas percepções sobre a literatura antiga devem muito às contribuições dos feminismos, que se aprofundaram em obras literárias antigas masculinas na busca por informações valiosas sobre as mulheres e as relações de gênero.

Mesmo sofrendo restrições e opressões ao longo da História, as mulheres conseguiram se expressar, tanto nas camadas mais abastadas quanto nas subalternas. Essa é uma perspectiva que, segundo Funari e Garraffoni (2019), vem sendo adotada, na maior parte, pela Teoria Social, originada de uma observação de que, mesmo em situações árduas, as pessoas têm poder de ação.

Trata-se de uma posição epistemológica, que pressupõe que a toda opressão corresponda uma reação, que a capacidade de intervenção está sempre presente *dynamei*, em potência. Pôde buscar-se, a partir daí, as manifestações de autonomia (*agency*). Essa mudança de ponto-de-vista, a nosso ver, permitiu que se investigassem as evidências em busca dessa independência e insubordinação (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 285).

Portanto, se não ficarmos presos à narrativa dominante, veremos que a dominação masculina não conseguiu excluir o protagonismo feminino.

Por fim, cabe ressaltar que, em muitas fontes literárias, a misoginia e mesmo o temor da atuação das mulheres, pode iludir àqueles que procuram enxergar apenas dominação, sem olhos para o protagonismo.

Isso releva mais sobre o observador, do que sobre as fontes (FUNARI; GARRAFFONI, 2019, p. 291).

María José Hidalgo de la Vega (2012) inclusive destaca que é por meio das relações entre os sexos que a identidade feminina se apresenta de uma maneira mais complexa, trazendo reflexão sobre a construção do papel socialmente atribuído às mulheres por parte do poder masculino e dentro de uma sociedade patriarcal. Dessa forma, o gênero como instrumento de análise relacional possibilita a construção da própria ideia de uma história das mulheres, ou seja, de sujeitos, que se constroem entre uma identidade excluída, e outra identidade, a masculina, que é a única considerada e admirada.

Existem inúmeras possibilidades para as identidades de gênero, pois elas variam de acordo com o contexto de determinada sociedade. Assim, como não existe uma homogeneidade, não há uma essência masculina ou feminina, nem um significado ou um modelo definitivo do que era ser mulher em Roma, por exemplo. Isso nos possibilita romper com as interpretações da historiografia tradicional baseadas em modelos rígidos e generalizantes, que aprisiona as mulheres na condição de passivas e submissas. A ideia é compreender como o pensamento social romano representa o papel social feminino, e essas representações são determinadas pelos interesses do grupo que as cria.

De acordo com Pierre Grimal (1993), a esposa ideal na Roma Antiga era aquela que confiava em seu marido e o incumbia de administrar seus bens. Já o marido, deveria cuidar da fortuna pessoal da esposa, além de protegê-la e estimá-la. Aline Rouselle (1990) também aponta que as mulheres abastadas eram educadas para contenção sexual. Silva (2012, p. 343) nos apresenta os “valores dos homens romanos para as mulheres das camadas aristocráticas: uma mãe zelosa, uma matrona virtuosa, contida e extremamente preocupada com seus filhos”.

A questão é que diversas mulheres fugiram a esse modelo de matrona ideal e foram em busca de seus desejos e de seu lugar na História através de papéis ativos na política. Nuno Simões Rodrigues (2008) aponta que as mulheres que tinham grande influência nos acontecimentos da vida pública, e até mesmo nos destinos do Império, não costumavam ser figuras admiradas pelos autores antigos: as Júlias, as Domícias, as Cláudias, ou as que chegaram à casa imperial através do casamento, como Popeia Sabina. Muitas vezes, os autores antigos retrataram as mulheres ativas na política como figuras odiosas e capazes de realizar atos cruéis para conquistarem seus objetivos, enquanto enchem de elogios as mulheres que representavam o que era esperado de uma mulher na

sociedade romana. Porém, Rodrigues (2008) destaca que, normalmente, as mulheres descritas de forma positiva pertenciam à classe senatorial, da qual os autores que delas dão testemunho, faziam parte.

Porém, independentemente de como era vista, não podemos negar que a atividade política feminina existia na sociedade romana e, mais do que isso, existia de forma participativa, uma vez que as mulheres mantinham alianças e redes de poder, que podiam não ser exclusivamente femininas, mas que eram protagonizadas no feminino.

Uma dessas mulheres que foram representadas na História como uma figura antipática é Agripina Menor, que nos chamou a atenção por ter direcionado olhares de inúmeros autores, tanto antigos como de nossa contemporaneidade. Neste artigo em específico, analisaremos como Agripina Menor foi descrita por Suetônio em sua obra *As Vidas dos Doze Césares*.

Júlia Augusta Agripina

Agripina foi uma imperatriz-consorte romana, filha de Agripina Maior e Germânico e irmã do Imperador Calígula. De acordo com Anthony Barrett (1996), Agripina tinha um grande orgulho da família e aprendeu com sua mãe que ela tinha um lugar privilegiado por ser filha de Germânico e Agripina Maior, a última neta viva de Augusto.

Ela também foi a última esposa do Imperador Cláudio e mãe de Nero. Porém, apesar dessas relações já demonstrarem a sua posição dentro do Império, Agripina Menor ainda tinha o poder correndo em suas veias e a legitimidade do governo de Roma em suas mãos, isso porque ela era bisneta de Augusto, considerado por muitos como o Primeiro Imperador de Roma.

Dentro da tradição textual, Agripina foi apresentada como uma mulher terrível e odiosa por ter buscado o poder a todo custo, principalmente por ter usado sua sensualidade para manipular os homens e seu poder para atormentar as mulheres, os libertos e os escravos. Assim, de acordo com Fábio Faversoni (2013, p.8), “Agripina seria o símbolo da malícia e da desfaçatez das mulheres em geral”. Faversoni (2013) ainda aponta que as descrições de Agripina pelos estudos tradicionais a mostram como um exemplo de como as mulheres insubordinadas podiam fazer coisas horríveis para alcançar o poder que desejavam.

Porém, há uma contradição entre a forma como Agripina Menor foi descrita e sua importância durante os governos de Cláudio e Nero. Após as mudanças oriundas do governo de Augusto, as mulheres passaram a ter o poder e a serem utilizadas como símbolos dinásticos. Dessa forma, as mulheres também passaram a ser celebradas em moedas, estátuas e monumentos¹ e, assim como uma matrona tradicional, tinham por obrigação governar a sua casa. Entretanto, segundo Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva Frade (2007, p.84), “a casa que governavam era também a casa responsável pelo bom funcionamento do Império. [...] A posição privilegiada destas mulheres junto do Imperador também lhes permitia exercer alguma influência sobre as suas decisões”.

Susan Fischler (1994) aponta que as imagens positivas das mulheres que compunham uma elite imperial originaram-se da necessidade de Augusto legitimar o novo regime político através de um conceito de descendência dinástica. Assim, elas foram fundamentais na consolidação dessa dinastia e, conseqüentemente, na construção de um ideal imperial dinástico, projeto iniciado por Augusto. Sarah Fernandes Lino de Azevedo (2012) ressalta a importância das mulheres nesse sistema:

[...]percebemos que, na estruturação da dinastia Júlio-Cláudia na Domus Caesarum, as mulheres cumpriram função de transmitir legitimidade por meio do estabelecimento de casamentos e geração de filhos legítimos. Neste sentido, vimos que o imperador, como um pater familias, era responsável pela determinação de casamentos e adoções estabelecidas dentro da domus Caesarum. (p.68)

Dessa forma, quando o Imperador Cláudio estava em busca de uma nova esposa, sua sobrinha, Agripina Menor, foi a candidata perfeita. É preciso destacar que, na Roma Antiga, o casamento era utilizado para estabelecer laços políticos. Um dos laços criados pelo casamento entre Agripina e Cláudio foi a adoção de Lúcio Domício Enobarbo — filho do primeiro casamento de Agripina — por Cláudio. A partir desse momento o filho de Agripina foi nomeado como Nero Cláudio César Druso Germânico, e essa adoção deu início à parte Claudiana da Dinastia Júlio-Claudiana. Dessa maneira, fica evidente que a linhagem dinástica é construída pelos laços com Agripina, a detentora da *auctoritas imperial*.

De acordo com Rodrigues (2008), Agripina Menor parece ter adotado o apreço pela política e se revelou uma personagem significativa nesse âmbito. Barrett (1996) destaca que ela demonstrava ter muito orgulho de sua ascendência juliana, uma descendência conquistada pela linhagem, e não através de adoções. Além disso, ela também pertencia à segunda grande casa que deu nome à primeira geração de

Imperadores romanos, os Claudianos. Agripina tinha consciência do funcionamento da *domus Augusta* e de sua importância dentro dela. Ela ocupou posições importantes no império e aprendeu a se posicionar nas disputas pelo poder e a valer-se de aliados importantes ao lidar com as intrigas palacianas.

Além disso, Agripina recebeu diversas honrarias, sendo a primeira mulher a receber em vida o título de *Augusta*, o que lhe atribuiu, segundo Barrett (1996), grande evidência política. Em 51 d.C., ela recebe o *carpentum*, uma espécie de carruagem cerimonial destinada a personalidades religiosas. Nesse período, diversas estátuas dela são criadas e espalhadas por diferentes partes do Império Romano. Uma colônia romana, fundada por Cláudio, foi nomeada de *Colonia Claudia Ara Agrippinensis*² e, a nosso ver, essa nomeação tem grande importância pois sinaliza o local de nascimento da imperatriz, e foi uma das primeiras colônias a ser nomeada em homenagem a uma mulher romana ainda viva. Agripina também provou ter tido influência militar e veremos isso através de exemplos descritos no segundo capítulo.

Por fazer parte do poder imperial e ter grande relevância política, Agripina é citada diversas vezes na obra *De vitis Caesarum*, conhecida em português como *A Vida dos Doze Césares*, de Suetônio, um autor antigo que consideramos essencial para entender como aconteceu a organização do Principado romano.

Agripina Menor, de Suetônio

Caio Suetônio Tranquilo viveu no contexto da dinastia dos Antoninos e, segundo Natália Frazão José (2016), graças à obra *A Vida dos Doze Césares*, Suetônio tornou-se uma das principais referências atuais com relação ao Império Romano. Isso porque ela contém a descrição da vida de seus personagens — os Imperadores da dinastia Júlio-Claudiana — feita através de uma consulta minuciosa a vários documentos aos quais o autor teve acesso durante suas funções administrativas. Além disso, a obra ainda possui uma inovação no que se refere ao conteúdo descrito pelo autor, bem como nas fontes documentais utilizadas, que não puderam ser acessadas por outros autores da mesma época. De acordo com Mafalda Frade:

No intuito de expor as várias facetas do carácter dos Césares, Suetônio descreve os seus hábitos privados, entre os quais a forma como cada um se relacionava com os seus mais próximos. Na obra, figuram relatos de inimizades e perseguições a familiares (consanguíneos ou não) ou de sugestibilidade do imperador perante a influência dos seus

(FRADE, 2007, p. 75).Ao analisarmos a forma como Suetônio retrata as personagens femininas, pudemos perceber que as descrições apresentam variações de acordo com a posição social das mulheres e de suas famílias. Dessa forma, quase sempre elas aparecem como instrumentos retóricos utilizados para avaliar a maneira como os homens ao seu redor governavam suas famílias ou o Império.

No que se refere especificamente à Agripina, Suetônio descreve diversas situações que exemplificam o quanto ela teria sido uma mulher ambiciosa que faria de tudo para colocar seu filho no poder, a ponto de cometer assassinatos e se envolver em intrigas palacianas. Inclusive, podemos perceber que as ações de Agripina são utilizadas para demonstrar a falta de controle que Cláudio tinha dentro de sua casa e, por conseguinte, do Império. Uma das críticas que Suetônio faz sobre essa matrona é com relação à sexualidade, haja vista que ela foi acusada de ter seduzido diversos homens para estabelecer laços políticos. A sexualidade feminina é apresentada como um elemento fundamental na criação da reputação das mulheres e, conseqüentemente, na de seus maridos.

Porém, é preciso deixar claro que muitas das acusações apresentadas contra Agripina, não só de Suetônio, mas de outros autores antigos, e até mesmo atuais, são baseadas em boatos³, especulações e anedotas.O privilégio que a posição de imperatriz trazia fez como que Agripina se dedicasse à prática política de forma direta. Todavia, como já dito anteriormente, para ser uma boa matrona as mulheres precisavam se dedicar ao lar e aos filhos, devendo ficar longe da política, tanto que elas nem podiam assumir esses cargos. Normalmente os elogios feitos às mulheres referiam-se à beleza, ao amor e à fidelidade ao marido, à graciosidade e à dedicação ao lar e aos filhos. Comparado ao número de homens considerados importantes, poucas foram as mulheres que se destacaram devido a essas restrições impostas pela sociedade, e aquelas que se posicionaram contra aos modelos ideais foram descritas como exemplos a não serem seguidos.

É preciso ressaltar que as biografias de Suetônio devem ser analisadas como uma fonte histórica construída com base no contexto do autor, e não de seus biografados, afinal, muitos deles estão temporalmente distantes do período em que a obra *As Vidas dos Doze Césares* foi produzida. Não podemos nos esquecer que Suetônio viveu há quase dois mil anos, e que esse grande intervalo de tempo resultou em um espaço propício para o surgimento de suposições que, com frequência, trazem versões imprudentes dos fatos.

Deivid Valério Gaia (2020) aponta que a forma como os imperadores foram retratados na historiografia tradicional romana é um reflexo da relação destes com as prerrogativas senatoriais. Como essa historiografia foi fortemente influenciada pela ideologia senatorial, aqueles que eram considerados amigos do senado foram bem representados, enquanto os considerados inimigos, não o foram. “Essa dinastia, em grande parte, repousou sobre o equilíbrio entre o poder civil e militar e ficou conhecida como a dinastia da “adoção do melhor”, um mito que até hoje ronda a historiografia.” (p.177)

Os escritores desse período, também muito marcados pela ideologia senatorial, como Suetônio, Plutarco, Tácito, Aristides, Herodiano e Díon Cássio, ao fazerem críticas aos seus predecessores, elogiavam sua própria época. Um exemplo disso é com relação à descrição do imperador Cláudio, marido de Agripina, por Suetônio. Agripina se valeu de sua ascendência e se tornou a esposa do imperador Cláudio quando este enfrentou o problema de ser o primeiro imperador a não estar diretamente relacionado com Augusto de forma alguma. Segundo Laura Teixeira (2013), a escolha de Agripina Menor como esposa ocorreu, em virtude de sua fecundidade comprovada — por esta já possuir um filho — e origem nobre, visto que Cláudio não era juliano e, de acordo com Barrett (1996), a ausência do elo juliano daria espaço para a ameaça representada por certas famílias que se ressentiam de sua perda de poder. Como Agripina tinha o sangue dos dois ramos da família imperial correndo em suas veias — ela era Juliana por parte de mãe, e Claudiana por parte de pai —, ela era a candidata perfeita e, de acordo com Barrett:

[...] cumpriria um papel importante na superação da divisão que atormentara a política quase desde o início do principado, uma fenda cujas origens residem no simples fato de que Augusto e Lúvia não haviam produzido filhos sobreviventes. O conflito entre as facções rivais da família imperial envenenou a atmosfera do reinado de Tibério e levou à destruição da mãe de Agripina e de dois de seus irmãos. Um casamento entre Cláudio e um membro de ambos os lados da família curaria muitas feridas antigas e reduziria consideravelmente a ameaça de um golpe. Agripina também traria consigo um neto de Germânico, um candidato intransponível para a sucessão. A última consideração é de grande significado. Um atraente e popular sucessor em espera reduziria o incentivo para substituir um regime impopular. Cláudio claramente se sentiu tão cercado que sua principal preocupação não era a usual da sucessão de seu filho natural, mas a garantia de que seu regime sobreviveria, mesmo que isso significasse que alguém de fora o seguiria como imperador (BARRETT, 1996, p. 96).

Logo, torna-se evidente que Cláudio, com o intuito de passar a pertencer a essa importante *domus* imperial, casa-se com Agripina Menor em 49 d.C. Faz-se necessário

destacarmos que, desde os primórdios romanos, o casamento era utilizado como forma de estabelecimento de laços políticos, característica ainda presente nos anos imperiais. Desses laços criados pelo casamento entre Agripina e Cláudio, surge, por conseguinte, a adoção de Lúcio Domício Enobarbo — filho do primeiro casamento de Agripina — por Cláudio, o qual passará a ser nomeado Nero Cláudio César Druso Germânico. Inicia-se, assim, a parte Claudiana da Dinastia Júlio-Claudiana. Evidencia-se, dessa forma, que a linhagem dinástica é construída pelos laços com Agripina, a detentora da *auctoritas imperial*.

Porém, de acordo com Suetônio, Agripina conquistou o posto após seduzir Cláudio, como se ele não pudesse se esquivar da sedução da sobrinha:

No entanto, ele não poderia privar-se de mais uma vez planejar um novo casamento, mesmo com Petina, a quem ele tinha anteriormente descartado e com Lólia Paulina, que tinha sido a esposa de Caio César. Mas sua afeição foi ludibriada pelos encantos de Agripina, filha de seu irmão Germânico, auxiliada pelo direito de trocar beijos e as oportunidades de carinhos oferecidas por sua relação [familiar]; e no encontro seguinte do Senado ele subornou alguns membros a proporem que ele deveria ser compelido a se casar com Agripina, sendo esta união de interesse máximo para o Estado e para o restante [dos cidadãos] estava permitido contrair matrimônio similar, que até aquele tempo era considerado incestuoso. E ele se casou com ela passado apenas um dia; porém nenhum outro seguiu seu exemplo, salvo um liberto e um centurião, cujo casamento ele compareceu em pessoa junto de Agripina (*Suet. Cl. 26*).

Além disso, durante o casamento, Suetônio acusa Cláudio de se deixar influenciar pelos libertos e esposas:

Porém esses e outros atos, e de fato quase toda a condução de seu principado era ditada não muito por seu próprio julgamento, mas por suas esposas e libertos, tendo em vista que ele quase sempre agia em concordância com os desejos e interesses destes. (*Suet. Cl. 25*).

Ressaltamos, dessa maneira, que Suetônio retrata Cláudio como um imperador fraco, já que segundo ele, Cláudio não conseguia controlar seus inferiores. Um bom imperador e *pater familias* era aquele que se impunha e era ativo em todos os âmbitos. Porém, devemos nos atentar, ainda, para o fato de que o imperador recusou o título de *Augusta* para Messalina, sua terceira esposa, e permitiu sua execução. Além do mais, segundo D. McAlindon (1956), cinco de seus libertos foram condenados durante seu governo.

Notamos que em *Vidas*, a figura de Agripina é usada para evidenciar as ações de seu esposo, Cláudio. Ela é utilizada como exemplo ou até mesmo como crítica às ações

do Imperador romano. Concordamos dessa maneira, com a visão apresentada por Fischler (1994, p. 115)⁴, o qual nos diz que:

Os retratos destas mulheres contam-nos mais sobre atitudes sociais dos romanos do que como viviam as mulheres da elite: eles nos possibilitam entender, de maneira mais completa, relações de gênero e sua ligação com estruturas de poder em Roma, assim como atitudes masculinas a respeito de gênero e poder que influenciaram na descrição das mulheres presentes na literatura clássica.

Apresentada muitas vezes como uma mulher que possuía uma sexualidade transgressora, Agripina foi usada por Suetônio como um instrumento retórico para descrever Cláudio como um Imperador fraco que não conseguia controlar a própria esposa e estabelecer a ordem em sua casa. A sexualidade da mulher é mostrada como um elemento essencial na criação de sua reputação e, conseqüentemente, na de seu marido. Após a morte de Cláudio, surgem diversos boatos que apontam que sua morte teria sido, na verdade, um assassinato. Suetônio descreve alguns desses boatos, inclusive o que acusa Agripina de tê-lo envenenado para colocar seu filho no poder:

Já no fim da vida deu mostras inequívocas de arrependimento por ter desposado Agripina e adotado Nero. Efetivamente, como seus libertos elogiavam a sua atitude de condenar, no dia anterior, uma mulher acusada de adultério, respondeu-lhes ‘que também era destino seu ter esposas impudicas, mas não impunes’. Depois, abraçando estreitamente várias vezes Britânico, que ele encontrara à sua passagem, exortou-o ‘a crescer, para que pudesse suceder-lhe em todos os seus atos’. E acrescentou em grego: ‘Aquele que feriu, curará’. E, decidido a conferir-lhe a toga, pois sua estatura permitia, embora tenra idade ainda, determinou: ‘É para que o povo romano tenha, enfim, um verdadeiro César’. Pouco depois, escreveu seu testamento, que recebeu a assinatura de todos os magistrados. Antes, porém, de prosseguir avante, foi impedido por Agripina, que sua consciência, aliás, tanto quanto a dos delatores, acusava de numerosíssimos crimes (*Suet. Cl. 43*).

De acordo com Suetônio, Agripina tinha a intenção de assassinar Cláudio porque ele estaria começando a se arrepender de seu casamento com ela e da adoção de seu filho, Nero. Ela também temia que Britânico atingisse a idade em que poderia assumir a *toga virilis*, iniciando a sua própria carreira política.

Maria Luiza Corassin (2006) explica que a *toga virillis* era um tipo de toga que, na Roma Antiga, possuía um significado particular, pois vesti-la significava a passagem da infância para a adolescência.

Por volta dos dezesseis anos, o jovem inicia a sua entrada na vida pública; a cerimônia que marca essa passagem é aquela em que ele

assume a toga viril. Integra-se ao corpo de cidadãos; o serviço militar e as atividades no fórum o esperam: essas são as duas áreas por onde começa a sua iniciação. O pai pode solicitar para essa tarefa o apoio de um velho amigo da família, um homem político influente e maduro, com experiência, com fama e com vários cargos políticos. O jovem romano vai para o exército, mas continua ligado a alguém influente: a seu pai ou a um patrono, que o encaminha na futura carreira. O ideal é formar a consciência, inculcando um sistema rígido de valores morais e também um estilo de vida, com o devotamento total da pessoa e do interesse individual à comunidade. Há o desejo de obter glória, não como uma realização do indivíduo, mas subordinada ao bem e à salvação pública. O homem que salva a pátria em perigo e em circunstâncias difíceis é considerado o ideal. A *salus publica*, o interesse de Roma, deve ser a norma da *virtus* do cidadão. A educação moral era alimentada pelos exemplos oferecidos à sua admiração pela história de Roma (CORASSIN, 2006, p. 274, grifos da autora).

Se Britânico realmente se iniciasse na política, ele se tornaria um substituto para Nero e poderia ser mais atraente para Cláudio, por ser seu filho natural. Suetônio afirma que Cláudio encorajou Britânico a crescer e a se preparar para tomar seu lugar, “para que o povo romano pudesse finalmente ter um César de verdade” (*Suet. Cl.* 43). O autor também aponta que Agripina chegou a esconder Britânico pois estaria com medo de tal reconciliação.

De acordo com John Aveline (2004), há vários problemas com essa mudança de opinião apontada por Suetônio. O primeiro é o fato de que não havia como Suetônio saber o que Cláudio teria dito a Britânico na conversa descrita por ele, já que este teria sido um encontro privado. Assim, o conteúdo de qualquer conversa só poderia ter sido criado por meio de especulação, o que acabou alimentando boatos. Além disso, há uma incoerência no relato de Suetônio, uma vez que, inicialmente, ele afirma que Cláudio esperava que seu filho crescesse para que ele pudesse ser promovido e, então, de repente, ele resolve o problema ao decidir conceder-lhe a *toga virilis* antes da idade.

Em outro relato, Suetônio menciona que Cláudio não havia nomeado nenhum cônsul após o mês de sua própria morte⁵. Dessa forma, ele não deu nenhuma indicação de que planejava colocar Britânico em evidência. Além do mais, segundo Aveline (2004), se Cláudio quisesse, ele poderia ter arranjado para que Britânico assumisse a *toga virilis* com a mesma idade de Nero durante sua cerimônia. Ao perder esta oportunidade, Cláudio teria deixado claro que não tinha essa intenção.

Como veremos mais adiante, Cláudio promoveu de forma consistente e contínua Agripina e Nero durante segunda metade de seu governo. É preciso lembrar também que Cláudio fez grandes esforços para garantir seu casamento com Agripina, afinal ela possuía o sangue de Augusto.

No ano posterior ao casamento, Agripina passou a acumular muitas honras e, diversas situações, como veremos à seguir, demonstram que ela desfrutava de uma posição de grande importância no Império de Cláudio, e que tal posição permaneceu intacta durante a segunda metade do governo.

Nero também gozou de honras e promoções, especialmente políticas, que foram ainda mais extensas que as de sua mãe. De acordo com Aveline (2004), nas áreas da religião e do Império, Nero, oficialmente, estava abaixo apenas de Cláudio, sendo o herdeiro aparente daquele ponto em diante. “Ao tornar seu sucessor tão claro, Cláudio criou estabilidade dinástica” (AVELINE, 2004, p. 463).

Cláudio estabeleceu firmemente essa sucessão ao longo de cinco anos e teria criado uma enorme instabilidade política se repentinamente alterasse a sucessão dando preferência a Britânico ou criando uma sucessão dupla com Nero. Aveline (2004) também aponta que Agripina podia ter bons motivos para querer que Cláudio vivesse, pois o aprendizado de Nero ainda carecia de um elemento essencial, a experiência de campo liderando um exército.

Comentários posteriores a respeito de Nero e Domiciano surgem como prova de que Cláudio foi morto por cogumelos envenenados. É dito que Nero comentou que cogumelos eram o alimento dos deuses, pois foi comendo um deles que Cláudio se tornou um deus⁶. Suetônio se utiliza dessa afirmação como comprovação do conhecimento de Nero sobre o assassinato de Cláudio. Há também o relato sobre o medo dos cogumelos que Domiciano sofria e que seu pai, Vespasiano, ridicularizava⁷. Isso é interpretado como uma alusão ao assassinato de Cláudio. Acontece que, em ambos os casos, não é feita qualquer menção ao veneno adicionado aos cogumelos. Seria mais sensato, talvez, considerar esses comentários como se referindo a cogumelos que são naturalmente venenosos, e não a cogumelos não tóxicos adulterados. Sobre o comentário de Nero, é preciso questionar se ele realmente faria uma piada sobre o suposto assassinato de Cláudio. Se realmente estivesse envolvido em alguma trama para matar Cláudio esperaríamos que ele fosse mais cauteloso para não levantar suspeitas.

Aveline (2004) nos traz também algumas evidências de que Cláudio poderia ter morrido por causas naturais ou pela ingestão acidental de cogumelos naturalmente venenosos.

Primeiramente, precisamos levar em consideração a saúde relativamente frágil de Cláudio. Ele sofreu de graves doenças desde quando criança até sua juventude, que afetaram principalmente seu controle motor⁸. Mesmo que Suetônio tenha afirmado

que a saúde de Cláudio estava em boas condições quando ele tornou Imperador, exceto por acessos de indigestão⁹, o estilo de vida de Cláudio não demonstrava isso. Além de seu costume de comer e beber em excesso, Aveline (2004) relata que ele se sentou como juiz de casos durante os meses de verão, quando Roma estava em sua fase mais insalubre e aqueles que podiam, deixavam a cidade. Além disso, é dito que Cláudio esteve tão doente no ano anterior que Nero jurou jogos para sua recuperação, e que o ano de 54 d.C. parece ter sido tão prejudicial que um membro efetivo de cada magistratura morreu em poucos meses¹⁰. “Que Cláudio adoeceu e morreu em tal clima deve ser esperado, em vez de surpreendente”(AVELINE, 2004, p. 468).

Ninguém duvida que ele tenha morrido envenenado. O ponto sobre o qual há dúvidas, porém, é o que se refere ao lugar e a pessoa que lhe ministrou a droga mortífera. Narram alguns que isso aconteceu na cidadela, durante um festim com os pontífices, e que o autor foi o eunuco Haloto, seu pregustador. Outros acreditam que o caso se registrou durante uma ceia doméstica, em que a própria Agripina foi quem misturou o veneno num prato de cogumelos, de que muito gostava. Há, também, outras versões diferentes relativas aos fatos que se seguiram à cena do envenenamento. Inúmeras pessoas dizem que, logo após ele ter ingerido o tóxico, perdeu a palavra e, depois de ter sofrido durante toda a noite as dores mais atrozes, morreu ao nascer do dia. De acordo com outras, ainda, ele começou por sentir um torpor completo. A seguir, como lhe subissem os alimentos, vomitou tudo. Então, ministraram-lhe veneno novamente. Mas não se sabe bem se o misturaram numa sopa, alegando que necessitava restaurar as energias perdidas, ou se o aplicaram num clister para aliviá-lo, fazendo-o evacuar, da indigestão que tivera. Sua morte conservou-se encoberta até que tudo estivesse arranjado em relação ao seu sucessor. Assim, fizeram-se súplicas e mais súplicas, como se ele estivesse doente. Histriões foram levados disfarçadamente ao palácio para dar a impressão de que ele estava desejando esse gênero de diversões. Faleceu três dias antes dos idos de outubro, sob o consulado de Asínio Marcelo e Ancílio Aviola, como sessenta e quatro anos de idade e catorze de reinado (*Suet. Cl. 44*).

As várias versões de Suetônio mostram até que ponto circularam os boatos sobre a morte de Cláudio. O que essas variações evidenciam é que observadores de fora da família viram Cláudio adoecer ou desmaiar e ser levado da sala de jantar para seus aposentos particulares, a partir desse ponto todos os outros detalhes são produtos de especulação.

O argumento contra uma conspiração para envenenar Cláudio é que Agripina estava claramente despreparada para a morte de Cláudio¹¹ Suetônio relata que o anúncio da morte foi adiado para que as coisas pudessem ser arranjadas para a ascensão de Nero e que medidas foram elaboradas para fazer parecer que Cláudio ainda estava vivo¹²

Aveline (2004) argumenta que qualquer atraso no anúncio da morte de Cláudio e da ascensão de Nero apenas daria à oposição uma janela de oportunidade. “Se Agripina soubesse antes da morte de Cláudio, como um assassino teria, ela certamente teria garantido que os arranjos fossem feitos antes que Cláudio desse seu último suspiro” (AVELINE, 2004, p. 472).

William A. Valente (2002) afirma que Cláudio apresentava distonia e identificou um cogumelo, *Amanita muscaria*, como o provável culpado de sua morte. Este cogumelo não contém quantidades suficientes da toxina muscarina para ser fatal em circunstâncias normais, mas Valente (2002) sugere que doenças como a distonia podem amplificar os efeitos da muscarina a ponto de ser letal¹³. Isso justifica porque somente Cláudio tenha sido afetado pelos cogumelos, já que apenas ele era clinicamente sensível à toxina que eles continham.

Resumindo. Nenhum dos argumentos usados para apoiar a teoria de que Cláudio foi assassinado é capaz de resistir a um exame minucioso. Agripina não tinha motivo para matar Cláudio e pode-se até argumentar que era do interesse dela e de Nero que Cláudio vivesse mais alguns anos até que Nero assumisse o consulado e ganhasse alguma experiência militar. Não havia chance de Britânico ser considerado um sucessor em potencial e, portanto, a posição de Nero era inatacável. Todas as outras circunstâncias inerentes também argumentam contra o assassinato. Por outro lado, foi proposto um cogumelo que só é fatal para alguém com uma condição médica pré-existente, como se sugere que Claudius tenha (AVELINE, 2004, p. 474).

Outro ponto destacado por Suetônio é com relação às desavenças que ocorriam entre as mulheres imperiais, dentro de suas redes de poder. Essas desavenças entre mulheres eram, muitas vezes, utilizadas como forma de apontar as futilidades femininas e a falta de capacidade de lidar com os problemas de forma racional — como se os homens não tivessem rivalidades entre si. Um dos conflitos de Agripina com outras mulheres ocorreu com a terceira esposa de seu tio, o Imperador Cláudio, Messalina. Nero era considerado um rival de Britânico, filho de Messalina, e Suetônio deixa isso claro:

Quando sua mãe [Agripina] retornou do exílio e se reinstalou, ele [Nero] tornou-se tão proeminente devido à influência dela que foi revelado que Messalina – esposa de Cláudio – havia enviado um emissário para estrangulá-lo durante seu cochilo diurno, considerando-o um rival de Britânico. Um adicional a este boato era que o possível assassino foi afugentado por uma cobra que saiu por baixo do travesseiro. O único fundamento para esta narrativa era que havia sido encontrada próxima a sua cama, perto do travesseiro, uma pele de serpente; no entanto, pela vontade de sua mãe, ele incluiu essa pele em uma pulseira de ouro que usou por muito tempo em seu braço direito. Porém, quando a memória de sua mãe tornou-se odiosa para ele, jogou-

a fora, posteriormente a procurou em vão (Suet. Nero. 6,4).

Ao se tornar mãe de um Imperador, Suetônio aponta que Agripina teria ofendido Nero com sua vigilância excessiva e suas constantes críticas ao seu comportamento dele: “Sua mãe o ofendeu pela vigilância muito rigorosa e crítica às suas palavras e atos, mas no começo ele limitou o seu ressentimento a esforços frequentes para colocar sobre ela uma carga de impopularidade, fingindo que iria abdicar do trono e mudar-se para Rodes” (Suet. Nero. 34)

A partir desse trecho de Suetônio, podemos perceber que Agripina estava criticando seus atos e falas de forma rígida. Tácito também relata que ela era severa ao reprimir o filho¹⁴.

Após diversos conflitos, Nero decide por executar sua mãe. Suetônio não relata claramente o que levou o Imperador a decidir pela morte de Agripina, mas dá detalhes das diversas tentativas de assassinato. Suetônio alega que, após expulsar Agripina, Nero teria subornado homens para importuná-la com ações judiciais enquanto ela morava em Roma, e quando ela foi para o interior, agentes foram contratados para perturbar sua paz com zombarias¹⁵. Barrett (1996), no entanto, aponta que as alusões são vagas demais para serem de grande utilidade. As tais ações judiciais poderiam ser uma confusa insinuação aos ataques feitos por Iturio e Calvisio, que haviam sido mandados por Junia Silana para fazer acusações contra Agripina, e os distúrbios em sua casa de campo provavelmente poderiam ser um reflexo de incidentes específicos:

Como sua mãe espreitasse e criticasse com asperezas as suas palavras e ações (desde o começo ela o repreender em repetidas ocasiões) procurou torna-la odiosa, fingindo querer abdicar as rédeas do Império e partir para Rodes. Bem cedo, privou-a de todas as honras e de poder. Retirou-lhe a sua guarda de soldados e germanos e a expulsou, até, da sua presença e do palácio. Não poupou nenhum meio de atormentá-la. Se ficava em Roma, agentes secretos a perseguiram com processos. Se repousava no campo, cobriam-na de mofas e injúrias, ora passando por terra, ora por mar, perto de seu retiro. Como ela o ameaçasse de violência, Nero resolveu matá-la. Após três tentativas de envenenamento, percebendo que ela se precavera com antídotos, mandou construir um tento que, em virtude do jogo dum mecanismo, deveria cair sobre ele durante o sono. Ao sentir que o segredo desse projeto fora revelado pelos seus confidentes, inventou um navio de peças moveáveis, que a tragaría e a esmagaria ao desfazer-se sobre ela. Resolveu, assim, fingir reconciliar-se com ela, e, por meio duma carta amabilíssima, convidou-a a ir a Baías para celebrar a solenidade das Quinquátrias em sua companhia. Depois de ordenar aos marinheiros que quebrassem, simulando um abaloamento inesperado, a galera liburniana em que viajava, prolongou o festim. Quando sua mãe manifestou a vontade de retornar à Baules, ele lhe ofereceu o navio preparado em vez do seu navio avariado, e a acompanhou até lá

alegremente. No momento da separação chegou a cobrir-lhe de beijos a ponta dos seios. Passou o resto do tempo numa grande agitação, esperando o resultado da empresa. Ao saber, porém, que tudo se passara contrariamente aos seus desígnios e que ela se salvara a nado, não soube o que fazer. Nesse meio tempo, como Lúcio Agerino, libertado de sua mãe, fosse anunciar-lhe, cheio de alegria, que ela se encontrava sã e salva, colocou, às escondidas, perto dele um punhal, e dizendo que Agerino se deixara subornar para assassiná-lo, mandou prendê-lo e metê-lo a ferros. Sem demora, tramou o assassinato da mãe e sustentava a todos que ela havia suicidado, ao ser descoberto o crime que premeditara. A isto, acrescentam-se detalhes mais atrozes, mas provindo de fontes pouco autorizadas. Por exemplo: que ele correu para ver o cadáver daquela que mandara matar, apalpando-lhe os membros, criticando uns e louvando outros e bebendo para acalmar a sede. Entretanto, não conseguiu, então, nem depois, sufocar os remorsos de seu crime. Confessou muitas vezes que o espectro de sua mãe o perseguia com os chicotes e as tochas ardentes das Fúrias. Chegou a tentar, até, num sacrifício oferecido pelos magos, evocar-lhe e aplacar-lhe o espírito. Na sua viagem à Grécia não ousou tomar parte nos mistérios de Elêusis, porque a voz de Heraldo afastava da iniciação todos os ímpios e criminosos (Suet. Nero. 34).

Suetônio afirma que durante os nove anos restantes de seu governo, Nero teve pesadelos com o assassinato de sua mãe, que havia cometido muitos crimes para garantir que ele governasse Roma (Suet. Nero. 34).

Tácito descreve o final dessa história acrescentando outros detalhes. Segundo ele, depois de meses se escondendo na Campânia, sentindo-se culpado, Nero retornou à cidade de Roma e recebeu uma recepção triunfal. Tácito descreve as boas-vindas que recebeu da seguinte forma:

Nero e sua comitiva acharam os romanos mais ansiosos do que o prometido, postados ao longo de sua rota por tribo, o Senado em roupas festivas, fileiras de mulheres e crianças organizadas de acordo com sexo e idade, e níveis de assentos erguidos em seu caminho como seriam para ver um triunfo. E assim, orgulhoso conquistador de um público servil, ele avançou para o Capitólio para cumprir seus votos (Tac. Ann. 14.13)

Quando lemos essa história, podemos nos impressionar com o contraste absoluto entre a natureza terrível do crime de Nero e a resposta entusiástica que ele recebeu ao retornar a Roma. Toda essa celebração acaba se tornando uma inversão dos valores romanos tradicionais, pois, após lermos toda a descrição que Tácito faz de Nero, fica a imagem de uma população celebrando alegremente o retorno triunfal de um príncipe inepto e cruel.

De acordo com Trevor Luke (2013), é difícil de imaginar que os romanos celebrassem um Imperador acusado de matricídio, pois esse tipo de crime se enquadrava na categoria de parricídio, que

Representava uma traição ao mais fundamental dos valores humanos e, como tal, era o tipo de ato doloroso que nenhuma quantidade de justificativa poderia encobrir completamente. Compreensivelmente, os romanos encararam o crime de parricídio (*parricidium*) com horror abjeto (LUKE, 2013, p. 212).

Além disso, o caso do assassinato de Agripina se agrava pelo fato de ela ser bisneta do divino Augusto, que fazia parte da casa imperial divina e que era adorada como uma deusa fora de Roma¹⁶.

Em suma, não importa o quão perigosa Agripina realmente fosse, não havia quase nenhuma maneira de Nero ter evitado que outros concebessem uma inquietação profunda com o assassinato dela, através do qual as suspeitas sobre a aptidão de Nero para o Principado criariam raízes. Agripina era simplesmente um símbolo dinástico, religioso e “nacional” muito potente para esperar o contrário. O melhor que ele e sua corte puderam fazer foi justificar sua morte como um movimento defensivo contra seu próprio atentado contra a vida de seu filho, o que, como o matricídio, era um tabu cultural (LUKE, 2013, p. 214).

Apesar de seu fim trágico, devemos lembrar que Agripina Menor era uma mulher consciente da *domus* Augusta e ocupou posições importantes no Império. Ela aprendeu a se posicionar nas disputas pelo poder e a lidar com as intrigas palacianas utilizando-se de valiosos aliados, tornando-se assim esposa do sucessor de seu irmão e, futuramente, a mãe do Imperador.

Suetônio apresenta uma visão negativa de Agripina e destaca sua relação familiar com Cláudio e Nero, sem entrar em detalhes sobre quem eram os aliados e libertos dentro do palácio. Apesar dessas visões negativas, podemos perceber muito da influência dessa mulher por meio da obra *As Vidas dos Doze Césares* e como ela soube lidar com as intrigas e boatos palacianos. Além disso, foi possível notar que muitas das acusações feitas contra Agripina, até mesmo atualmente, são baseadas em boatos e especulações, muitas vezes retiradas de fontes antigas que ocultavam o contexto da situação descrita.

De acordo com Rodrigues (2008), são muitos os exemplos de mulheres que participaram ativamente da vida política e pública de Roma. Porém, nos chama a atenção o fato de que, nos escritos dos autores antigos, as mulheres com vida política ativa sejam retratadas como figuras antipáticas. Fogem a esse perfil as mulheres que são apresentadas como a personificação da coragem e dignidade feminina — entretanto, a esse respeito vale ressaltar que a maioria destas pertenciam à classe senatorial, a qual os autores que delas deram testemunho, estavam ligados. As Júlias, as Domícias e as Cláudias não despertaram a admiração dos autores antigos, e essa realidade parece ser resultado da

mentalidade de que a mulher não havia sido criada para a vida pública e para a intervenção política. Mas o fato é que, sendo bem ou malvista, a participação feminina na política acontecia na sociedade romana e, mais do que isso, as mulheres mantinham redes de interesses políticos e de poder, não apenas femininas, mas protagonizadas por mulheres. “A prova disso consiste precisamente nas histórias de mulheres perversas, desvirtuosas e devassas que os historiadores antigos nos legaram” (RODRIGUES, 2008, p. 294).

Considerações Finais

Dizer que as mulheres antigas foram difamadas simplesmente por serem mulheres ainda é uma forma de invisibilizá-las, pois assim continuamos a ocultar diversas histórias. É óbvio que não devemos desconsiderar a misoginia presente na historiografia, mas devemos deixar claro que essas mulheres foram muito mais do que vítimas, elas são sujeitos históricos e políticos que se mobilizaram para defender seus interesses pessoais.

A dominação masculina não apaga o protagonismo feminino, se formos além da narrativa dominante. Nossa intenção foi deslocar alguns pressupostos ainda muito arraigados na historiografia e destacar que os feminismos contribuem para uma nova epistemologia.

Compreendemos que as personagens femininas estão inseridas em um complexo contexto de representações, onde encontramos mecanismos retóricos que apontam para um conjunto de vícios e virtudes presentes nas relações políticas e sociais. Nosso trabalho é o resultado da análise da obra *As Vidas dos Doze Césares*, de Suetônio, um autor antigo que consideramos fundamental para a compreensão da organização do Principado romano, um período no qual o papel das mulheres, principalmente as das elites, foi modificado, e elas passaram a ser fundamentais para a criação de elos imperiais

É importante lembrar que Suetônio viveu durante a dinastia do Antoninos, na qual, segundo Gaia (2020), os imperadores foram retratados através de uma historiografia fortemente influenciada pela ideologia senatorial. Desta forma, os que eram considerados inimigos do senado, não foram bem representados. Porém, faz-se necessário destacar que os homens e mulheres considerados inimigos do senado não foram difamados da mesma forma, já que as mulheres sofreram ataques não apenas por suas posições políticas, mas também por seu gênero.

A presença das personagens femininas em *Vidas* traz evidências interessantes a respeito das transformações na estrutura social resultantes da mudança do regime

republicano para o imperial. Tais mudanças resultaram em um reposicionamento da mulher pertencente às elites romanas dando-lhe novas possibilidades de atuação e uma nova visibilidade. Essenciais para a manutenção das dinastias e do conceito dinástico no qual esteve baseado o Império Romano, as mulheres da *Domus Caesarum* foram fundamentais nas representações de uma ordem imperial, já que a intenção era transmitir ideais dinásticos com base na preponderância de uma única gens e/ou *domus*. Porém, as mulheres das elites imperiais foram representadas como instrumentos simbólicos ambivalentes, de forma que as mesmas mulheres apresentadas como símbolos da ordem imperial, também foram apresentadas como símbolos da desordem, principalmente através da descrição de mulheres que interferiam em assuntos políticos, ou que demonstravam comportamento sexual desviante. Devemos perceber que, em ambos os tipos de representações, a mulher é associada com a natureza individual do poder imperial e com a imagem do imperador.

Agripina Menor ainda foi além de ser apenas um instrumento retórico para a descrição de imperadores, ela demonstrou seu poder enquanto detentora da *auctoritas imperial* e, criando suas próprias redes e alianças políticas, conquistou o que poucas conseguiram: colocar seu filho no posto de imperador.

O curioso é que, ao longo de nossa pesquisa, percebemos que mesmo tão distantes, tanto geograficamente quanto temporalmente, as mulheres romanas antigas e as mulheres brasileiras contemporâneas compartilham muitas questões. Agripina, mesmo tendo sido detentora de tantas honras e de ter tido um papel tão importante na legitimação do poder imperial, foi difamada por diversos autores - como Suetônio - que tinham como um de seus argumentos para desmoralizá-la, a sua suposta sexualidade transgressora. Tudo isso porque ela buscou assumir papéis que eram considerados masculinos. Já Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do nosso país, sofreu diversos ataques verbais que, “coincidentemente”, estavam relacionados o seu gênero e sua sexualidade.

Pâmela Caroline Stocker e Silvana Copetti Dalmaso fizeram um mapeamento dos comentários ofensivos de leitores direcionados à presidente Dilma Rousseff, e apontam que 16% dos comentários reiteraram significados ligados à cultura machista e sexista.

Manifestações que relacionam a mulher a papéis tipicamente associados ao feminino, como o cuidado com o ambiente doméstico (lavar a louça, limpar a casa) ou a preocupação com a beleza (plásticas, perda de peso) e xingamentos como "vaca" (56), "safada" (31) e "vagabunda" ou "vagaba" (23) dividem espaço com diferentes menções relativas ao falo, como "rola" e "rabo" (22) (DALMASO; STOCKER, 2016, p. 681, grifos dos autores).

Os elogios às mulheres também parecem se repetir e também são baseados nos mesmos estereótipos. As primeiras descrições de Agripina Maior, por exemplo, a descrevem e a elogiam como uma representante do modelo da matrona romana, esposa fiel e mãe de muitos filhos. Cerca de 2000 anos depois, uma reportagem era publicada na versão online da Revista Veja, em 18 de abril de 2016, intitulada *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*, de autoria da jornalista Juliana Linhares.

Já o imperador Cláudio foi descrito por Suetônio como um imperador fraco por não conseguir controlar suas esposas e, a historiografia teve tanto êxito em criar uma imagem de Messalina (a esposa de Cláudio antes de Agripina) tão deturpada, que sua execução por adultério parece ter sido uma boa ideia. Novamente, quase 2000 anos depois, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia. Em 2016, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no país.

Todos esses dados comprovam o quanto as mulheres ainda são oprimidas de diversas formas, inclusive na historiografia. Quando repensamos as fontes a partir de um olhar atual percebemos que cada uma reflete um ponto sobre determinada sociedade, e esses pontos, quando discutidos, permitem que se abram novos caminhos para uma História mais inclusiva.

Infelizmente, nossa sociedade ainda prefere legitimar os atos de um genocida do que ter uma mulher no poder. A principal diferença entre a forma como uma mulher era percebida na sociedade romana antiga e brasileira atual, é que hoje temos termos específicos para o que fazem conosco: misoginia, machismo e femicídio.

Portanto, levamos em consideração o que Roger Chartier chama de peso do aspecto simbólico que a dominação masculina carrega. Segundo ele, para compreender essa relação de dominação – construída histórica, cultural e linguisticamente – é preciso definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica, que foi sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. “O essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’ e biológica a divisão social dos papéis e das funções” (SOIHET, 1998, p. 82).

A complexidade e variedade de acepções levantadas em torno das palavras

“homens” e “mulheres” têm permitido questionar os paradigmas interpretativos alicerçados em modelos rígidos e generalizantes de comportamento, que atribuem à mulher a condição de passiva e submissa e ao homem, o papel de comando e domínio. É justamente nesse ponto, a desnaturalização das identificações por meio das características físicas, sexuais, que se encontra um dos maiores méritos dos estudos de gênero — a constatação de que as categorias de identidades foram e são cultural e socialmente construídas (FEITOSA, 2012).

Devido aos estudos sobre gênero, podemos contemplar análises históricas preocupadas em entender como as distinções sociais com relação ao sexo são perpassadas por relações de poder, resultantes não de um consenso social, mas das disputas, dos conflitos e das repressões (SCOTT,1995).

Referências bibliográficas:

Documentação

SUETÔNIO. *A Vida dos Doze Césares*. Apresentação por Carlos Heitor Cony. Tradução por Sady Garibaldi, 2.ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2003.

TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1952. [Vol. I, II, III, IV, V e VI].

Bibliografia

AVELINE, John. *The death of Claudius*. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 53, n. 4, pp. 453-475, 2004.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. *Histórica, Retórica e Mulheres no Império Romano: Um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem de Nero na narrativa de Tácito*. Ouro Preto: EDUFOP/ PPGHIS, 2012.

BARRETT, Anthony A. *Agrippina: Sex, Power, and Politics in the Early Empire*. Yale University Press, 1996.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Boatos, opinião pública e assassinatos políticos: o caso de Júlio César*. *Codex – Revista de Estudos Clássicos*. ISSN 2176-1779, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 1, jan.-jun. 2019.

CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na República. *Projeto História*, São Paulo, n. 33, pp. 271-287, 2006.

DALMASO, Silvana Copetti; STOCKER, Pâmela Caroline. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, 2016.

DE LA VEGA, María Hidalgo. *Las emperatrices romanas: sueños de púrpura y poder oculto*. 1a. ed. pdf —Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012

GAIA, Deivid Valério. *Os Antoninos: o apogeu e o fim da pax romana*. In.: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. *História de Roma Antiga: volume II: Império Romano do ocidente e romanidade hispânica*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

FAVERSANI, Fábio. *Gênero, documentos e interpretações: Um estudo sobre Agrippina minor*. Conferência apresentada no Ciclo Mare Nostrum, promovido pelo LEIR-MA-USP, em 2013.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Masculino e Feminino na Sociedade Romana: os desafios de uma análise de gênero*. In: CANDIDO, Maria Regina (Org). *Mulheres na Antiguidade: Novas Perspectivas e Abordagens*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA; Gráfica e Editora DG Ltda, 2012.

FISCHLER, Susan. *Social Stereotypes and Historical Analysis: The Case of the Imperial Women at Rome*. In: ARCHER, Léonie; FISCHLER, Susan and WYKE, Maria (ed.). *Women in ancient societies: an illusion of the night*. New York: Routledge, 1994.

FLORY, Marleen B. *Livia and the History of Public Honorific Statues for Women in Rome*. *Transactions of the American Philological Association (1974-2014) Vol. 123 (1993)*, pp. 287-308 (22 pages) Published By: The Johns Hopkins University Press.

FRADE, Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva. *Práticas, Valores e Crenças da Corte Imperial Romana*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Literatura (Literatura Latina), realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Manuel Nunes Torção. Aveiro, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A.; GARRAFFONI, Renata S. *As vozes das mulheres no início do Principado romano: Linguagem, discursos e escrita*. In: GARRAFFONI, Renata S.; SÁNCHEZ, Manel García. *Mulheres, Gêneros e Estudos Clássicos: um diálogo entre Espanha e Brasil*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2019.

JOSÉ, Natália Frazão. *Retratos de Augusto: a construção de um Imperador Romano*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

KAPFERER, J. N. *Boatos: o mais antigo média do mundo*. Trad. de Ivone da Silva Ramos Maya. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LÓPEZ, Cándida Martínez. *Las mujeres en el mundo antiguo. Una nueva perspectiva para reinterpretar las sociedades antiguas*. In: MAMPASO, M. J. R. et alli (Eds.) *Roles sexuales. La mujer en la historia y la cultura*. Madrid: Clasica, 1994.

LUKE, Trevor. *From Crisis to Consensus: Salutory Ideology and the Murder of Agrippina*. *Illinois Classical Studies*, n. 38, pp. 207-228, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, academia e interdisciplinaridade*. In: COSTA, A. O., BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas*. In: PISCITELLI, A. et alli (Orgs.) *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MATTOSO, José. *A mulher e a família*. In: *A escrita da História – Teoria e métodos*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1988.

MCALINDON, D. *Senatorial Opposition to Claudius and Nero*. *AJPh*, v. 77, n. 2, 1956.

RODRIGUES, Nuno Simões. *Agripina e as outras. Redes femininas de poder nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero*. Universidade de Lisboa, *Revista Gerión* 26, núm 1, 2008.

ROUSELLE, Aline. *A política dos corpos entre procriação e continência em Roma*. In: DUBY, G. PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 1. Porto: Ed. Frontamento, 1990

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade: gênero e educação*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres e História de Gênero - um depoimento*. *Cadernos Pagu*, Campinas/São Paulo, v. 11, pp. 77-87, 1998.

TEIXEIRA, Laura Leonor Firmiano. *Lívia e Agripina Menor: A presença feminina no jogo político*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Corassin. 2013.

VALENTE, W. A.; TALBERT, R. J. A.; HALLETT, J. P.; MACKOWIAK, P. A. *Caveat Canens*. *American Journal of Medicine*, v. 128, 2002.

¹A concessão pública de estátuas a mulheres era quase inexistente em Roma antes da época imperial (nos cemitérios até existiam estátuas femininas, mas não era uma honra pública.) *Vide* Marleen B. Flory (1993), p.300. Em um mundo onde comumente apenas os comportamentos masculinos eram considerados suficientemente importantes para merecerem tal honra, é de se esperar que a atribuição de estátuas às mulheres da casa imperial e a concessão de outras honras, fossem vistas como excepcionais para uma mulher. “As estátuas marcaram a introdução de retratos de mulheres membros das autoridades governantes como um novo aspecto da política e propaganda romana.” – *Ibidem*, p. 296.

²Que era localizada onde hoje é a cidade de Colônia, na Alemanha.

³De acordo com Jean-Noël Kapferer (1993), os boatos eram fundamentais para a gestão do poder pelas facções político-militares, pois, como se baseavam mais em impressões do que em fatos, regiam a opinião pública. Assim, ao ouvir uma notícia importante e surpreendente, a primeira reação de um receptor era repassá-la adiante, o que acabava desencadeando o surgimento de outras discussões, sempre vinculadas ao que se deveria pensar e não ao fato em si mesmo. Ygor Klain Belchior (2019) destaca que, para os oradores antigos, os boatos serviam como evidências documentais, tanto que Suetônio, ao descrever o imperador Nero, utilizou-se da opinião pública, que, para este biógrafo, tinha a mesma validade e confiabilidade de um testemunho escrito.

⁴ FISCHLER, Susan. Social Stereotypes and Historical Analysis: The Case of the Imperial Women at Rome. In: ARCHER, Léonie; FISCHLER, Susan; WYKE, Maria (ed.) *Women in ancient societies: an illusion of the night*. New York: Routledge, 1994.

⁵ Suet. Cl. 46.

⁶ Suet. Nero. 33.1.

⁷ Suet. Dom. 14.1.

⁸ Suet. Cl. 2.1-2, 3.2, Dio 60.2.1-4. Levick (1990) aponta que Cláudio sofreu algum tipo de paralisia cerebral com espasticidade. Valente (2002) diagnostica Cláudio com distonia provavelmente causada por parto prematuro.

⁹ Suet. Cl. 31.

¹⁰ Bagnani (1946) dá grande importância à doença de Cláudio em 53, apontando que Agripina cuidou de Cláudio durante esse tempo e que ela poderia ter se livrado dele por simples negligência.

¹¹ Barrett (1996, 98) diz que o atraso não está de acordo com um assassinato pré-meditado.

¹² Suet. Cl. 45.

¹³ Valente (2002, p. 396) - seu diagnóstico final é "distonia adquirida (secundária), provavelmente congênita e envenenamento colinérgico agudo (fatal) por cogumelo, complicado por crise distônica ou aspiração pulmonar".

¹⁴ Suet. Nero 34.

¹⁵ Suet. Nero 34.

¹⁶ Marleen B. Flory (1995) argumenta que as mulheres romanas começaram a ser endeusadas quando um conceito de poder baseado na família tornou-se aceitável no governo de Tibério. Esse culto imperial em Roma estendeu além do imperador aos membros da família se manifesta nos juramentos e orações imperiais que se referia a vários membros da família. O culto à família imperial é atestado nas províncias.

Texto recebido em 14 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 27 de março de 2022.